



100 Questões

LEGISLAÇÃO

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO PARÁ**

REGIMENTO INTERNO – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

1 - A respeito das audiências e sessões, dispõe o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Pará que

- A) Ausentes os advogados das partes, será excluído da pauta o processo correspondente, designando-se nova data para a audiência ou sessão.
- B) A sessão ou audiência será suspensa se a parte se portar inconvenientemente, a fim de manter a disciplina dos trabalhos.
- C) As audiências serão públicas, salvo nos casos previstos em lei ou quando o interesse da Justiça determinar o contrário.
- D) Ao Relator do processo em julgamento caberá manter a disciplina dos trabalhos com os poderes previstos nas leis processuais e no próprio Regimento.
- E) O resumo das decisões tomadas será publicado, dispensando-se a lavratura de ata.

2 - Prevê o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Pará que o Tribunal Pleno

- A) Funcionará com dois terços (2/3) de seus membros, ou com a maioria absoluta, conforme o caso, sendo substituídos os Desembargadores, impedidos ou licenciados.
- B) Funcionará nas segundas e quartas-feiras, iniciando os trabalhos pela leitura do relatório de ocorrências.
- C) Será instalado, em sessão solene, no primeiro dia útil do mês de janeiro e tomará o compromisso e dará posse ao novo Presidente.
- D) poderá ser convocado extraordinariamente por edital, expedido pelo respectivo Presidente, com vinte e quatro horas de antecedência.
- E) realizará oito sessões ordinárias por mês, apreciando tanto as questões administrativas quanto os julgamentos.

3 - Após o exame do processo pelo relator e lançado o relatório nos autos, haverá revisão por outro Desembargador. Essa fase NÃO ocorre no caso de

- A) questão de ordem.
- B) revisão criminal.
- C) embargos infringentes.



[Clique Aqui para Adquirir o Material Completo](#)

- D) apelação cível.
- E) ação rescisória.

4 - A Corregedoria de Justiça, dividida para efeito de jurisdição em Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém e Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior do Estado, tem funções administrativas, de orientação, fiscalização e disciplinares, a serem exercidas por dois desembargadores eleitos na forma da lei. Os corregedores de justiça serão auxiliados em suas tarefas por juízes corregedores, sendo dois para cada corregedoria, e exercerão, por delegação, suas atribuições relativas aos juízes de direito e servidores da justiça. A respeito dos juízes corregedores, assinale a opção correta.

- A) Os juízes corregedores, quando designados, não ficam desligados do exercício de suas varas.
- B) Os juízes corregedores têm acrescida à remuneração dos seus cargos parcela remuneratória referente à nova função para a qual foram designados.
- C) Ao final do mandato do corregedor-geral, os juízes corregedores não ficam obrigados a reverterem ao exercício de suas varas, sendo-lhes facultada a escolha de nova vara para servir.
- D) Os juízes corregedores são escolhidos entre os juízes de direito de entrância final e designados pelo presidente do tribunal, ouvido o Conselho de Magistratura.

5 - Antes do início de uma sessão do TJPA, o advogado Lúcio, que residia no Rio de Janeiro e que fora contratado para atuar em um processo que tramitava no tribunal, solicitou preferência de julgamento, pois desejava fazer sustentação oral. Porém, o advogado Caio, que residia em Belém, já havia solicitado a preferência de julgamento, também por desejar proferir sustentação oral. Nessa situação:

- A) Lúcio pode ter concedida a preferência em prejuízo de Caio, pelo simples fato de residir em local diverso da sede do TJPA.
- B) Nem Lúcio nem Caio podem pedir preferência de julgamento, pois ambos desejam fazer sustentação oral, o que causará demora no julgamento dos seus processos.
- C) o prazo para Lúcio ou Caio fazerem a sustentação oral será de 20 minutos, caso não haja outro prazo previsto em lei.
- D) o Ministério Público poderá obter, em decorrência da solicitação de sustentação oral realizada por Lúcio e Caio, prazo em dobro para também fazer sustentação oral.

[Clique Aqui para Adquirir o Material Completo](#)

6 - A respeito das eleições, é correto afirmar:

- A) o Presidente, o Vice-Presidente, os Corregedores de Justiça e os membros do Conselho da Magistratura serão eleitos para mandato de dois anos, permitida a reeleição para mais um período.
- B) na elaboração da lista de advogados para integrar o Tribunal Regional Eleitoral, cada Desembargador votará em seis nomes, considerando-se eleitos os que tiverem obtido a maioria absoluta de votos dos presentes.
- C) o Desembargador eleito para o cargo de direção no Tribunal de Justiça ou para o Tribunal Regional Eleitoral, como membro efetivo, não perderá, ao ser empossado, a titularidade de outra função eletiva.
- D) os Desembargadores que estiverem no efetivo exercício de cargo de direção no Tribunal de Justiça podem ser eleitos, em sessão do Tribunal Pleno, para integrar o Tribunal Regional Eleitoral.
- E) considerar-se-á eleito Presidente, Vice-Presidente, Corregedor de Justiça e o membro do Conselho da Magistratura, o Desembargador que, no respectivo escrutínio, obtiver a maioria simples dos votos dos presentes.

7 - Os advogados dos recorrentes poderão proferir sustentação oral, dentre outros processos, nos

- A) reexames necessários.
- B) embargos infringentes.
- C) agravos regimentais.
- D) agravos de instrumento.
- E) conflitos de competência.

8 - Haverá revisão, dentre outros processos,

- A) nas apelações em processos de rito sumário.
- B) nas apelações em processos de despejo.
- C) nos recursos em sentido estrito.
- D) nas revisões criminais.
- E) nos agravos de instrumento.

9 - Ao Conselho da Magistratura, dentre outras atribuições, compete

- A) opinar, no que couber, sobre pedidos de renovação, permutas, férias e licenças dos Juízes de Direito.
- B) apreciar os relatórios dos Juízes de Direito.
- C) determinar correições extraordinárias, gerais ou parciais.

[Clique Aqui para Adquirir o Material Completo](#)

- D) processar e julgar as suspeições opostas a Juízes Cíveis e Criminais, quando não reconhecidas.
- E) suspender a execução de liminar concedida pelos Juízes de primeiro grau em ação civil pública.

10 – Acerca da composição e da organização do Tribunal de Justiça do Pará, assinale a alternativa correta:

- A) O Tribunal de Justiça, órgão supremo do Poder Judiciário do Estado, tendo por sede a cidade de Belém e jurisdição em todo o Estado do Pará, é composto de 27 (vinte e sete) Desembargadores.
- B) O cargo de Desembargador será provido mediante acesso de Juízes de Direito de última entrância, pelos critérios de merecimento e de antiguidade, alternadamente, ressalvado o 1/5 (um quinto) dos lugares reservados a advogados e membros do Ministério Público, na forma prevista nas Constituições Federal e Estadual e normas vigentes.
- C) A promoção deverá ser realizada até 30 (trinta) dias da abertura da vaga, cuja declaração se fará nos 20 (vinte) dias subsequentes ao fato da vacância.
- D) O prazo para abertura da vaga poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, independentemente de justificativa fundamentada da Presidência do Tribunal.
- E) No caso de antiguidade, apurada na última entrância, o Tribunal, em sessão aberta e pública, resolverá, preliminarmente, se deve ser indicado o Juiz mais antigo, somente podendo este ser recusado pelo voto fundamentado da maioria absoluta de seus membros, conforme procedimento próprio, assegurada ampla defesa e repetindo-se a votação em relação ao imediato, e assim por diante, até fixar-se a indicação. (e dois terços (2/3))

11 – A respeito das eleições da mesa realizadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, assinale a alternativa incorreta:

- A) A eleição do Presidente, do Vice-Presidente, dos Corregedores de Justiça e do Conselho de Magistratura, realizar-se-á em sessão do Tribunal Pleno, em até 60 (sessenta) dias, no mínimo, antes do término do mandato.
- B) Considerar-se-ão eleitos Presidente, Vice-Presidente, Corregedores de Justiça e membros do Conselho de Magistratura os Desembargadores que, nos respectivos escrutínios, obtiverem a maioria absoluta dos votos dos presentes.
- C) O Presidente, o Vice-Presidente, os Corregedores de Justiça e os membros do Conselho de Magistratura serão eleitos para mandato de 2 (dois) anos, vedada a reeleição para o mesmo cargo e, salvo motivo de força maior, tomarão posse no primeiro dia útil do mês de fevereiro.
- D) Os membros efetivos das comissões permanentes serão escolhidos pelo novo Presidente, para mandato de 1 (um) ano, permitida a recondução.

[Clique Aqui para Adquirir o Material Completo](#)

E) Vagando quaisquer dos cargos referidos no art. 9º no curso da primeira metade do biênio, realizar-se-á nova eleição do sucessor, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da declaração de vacância pelo Tribunal Pleno, para completar o término do mandato.

12 – Os trabalhos realizados pelo Tribunal de Justiça serão observados com inúmeras regras. Acerca do funcionamento do Tribunal, assinale a alternativa incorreta:

A) O primeiro dia útil do calendário forense iniciará após o recesso judiciário compreendido no período de 20 de dezembro a 6 de janeiro.

B) O Tribunal Pleno compõe-se de todos os Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e Juízes convocados, enquanto perdurar a convocação, sem prejuízo de outras convocações para a composição de quorum.

C) O Tribunal Pleno reunir-se-á às quintas-feiras, apreciando apenas as questões judiciais.

D) O Presidente, o Vice-Presidente e os Corregedores de Justiça integram apenas o Tribunal Pleno, o Conselho de Magistratura e as Comissões Permanentes na forma regimental, atuando, ainda, no julgamento dos feitos que lhe couberem por distribuição nas Seções e Turmas

E) Em nenhuma hipótese, salvo vacância do cargo de Desembargador, haverá redistribuição de processos aos Juízes convocados.

13 – De acordo com as normas do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Pará, acerca dos órgãos de direção do Tribunal, assinale a alternativa correta:

A) O Presidente do Tribunal é substituído pelo Corregedor de Justiça e este pelo Desembargador mais antigo na ordem de antiguidade; bem como o Vice-Presidente e os membros do Conselho de Magistratura, pela mesma forma.

B) A Presidência do Tribunal, a Vice-Presidência e as Corregedorias de Justiça são responsáveis pelo regular funcionamento e pela disciplina dos serviços do Judiciário, tanto em 1ª quanto em 2ª instância, com os poderes e atribuições que lhe são conferidos no Código de Organização Judiciária do Estado.

C) Para completar o quórum, das seções e das turmas, os desembargadores poderão compor o quórum, mesmo não sendo eles dos respectivos lugares.

D) Os órgãos de direção do Tribunal serão compostos apenas pela Presidência e Vice-Presidência.

E) A Presidência do Tribunal, a Vice-Presidência e as Corregedorias de Justiça são responsáveis pelo regular funcionamento e pela disciplina dos serviços do Judiciário, apenas em 1ª instância, razão pela qual a 2ª instância não está em sua jurisdição.



[Clique Aqui para Adquirir o Material Completo](#)

14 – Compete ao Presidente do Tribunal:

- A) Superintender a distribuição dos feitos de competência dos órgãos de julgamento do Tribunal de Justiça
- B) Decidir a admissibilidade dos recursos dirigidos ao Superior Tribunal de Justiça, bem como levar ao Tribunal Pleno as impugnações sobre os provimentos e demais atos previstos na legislação processual
- C) Presidir a Comissão de Concurso de Juiz Substituto
- D) Auxiliar na supervisão e fiscalização do serviço da Secretaria Judiciária
- E) Designar os Juízes de Direito como auxiliares de varas ou comarcas de qualquer entrância

15 – Acerca das competências, não compete ao Presidente do Tribunal:

- A) Convocar as sessões extraordinárias do Tribunal Pleno e do Conselho de Magistratura.
- B) Superintender todo o serviço judiciário, velando pelas prerrogativas do Poder Judiciário e da magistratura do Estado, representando-os perante os demais poderes e autoridades, pessoalmente ou por delegação a Desembargador, observada, de preferência, a ordem de sua substituição regimental.
- C) Determinar, anualmente, a realização de correição geral em, no mínimo, metade das comarcas da região metropolitana e do interior do Estado.
- D) Votar no Tribunal Pleno, em matéria administrativa e questões de constitucionalidade, tendo voto de desempate nos outros julgamentos.
- E) Despachar petição de recursos interpostos de decisão originária do Conselho de Magistratura para o Tribunal Pleno.

Gabarito Comentado

1 - A respeito das audiências e sessões, dispõe o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Pará que

- A) Ausentes os advogados das partes, será excluído da pauta o processo correspondente, designando-se nova data para a audiência ou sessão.
- B) A sessão ou audiência será suspensa se a parte se portar inconvenientemente, a fim de manter a disciplina dos trabalhos.
- C) As audiências serão públicas, salvo nos casos previstos em lei ou quando o interesse da Justiça determinar o contrário.
- D) Ao Relator do processo em julgamento caberá manter a disciplina dos trabalhos com os poderes previstos nas leis processuais e no próprio Regimento.
- E) O resumo das decisões tomadas será publicado, dispensando-se a lavratura de ata.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. A ausência do advogado das partes não gera a exclusão do processo de sua pauta.

A **alternativa B** está incorreta. Não há a suspensão da audiência ou sessão. Se a parte se portar inconvenientemente, os demais atos instrutórios prosseguirão sem a sua presença.

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. De acordo com o art. 127, do Regimento interno “*As audiências serão públicas, salvo nos casos previstos em lei ou quando o interesse da justiça determinar o contrário.*”

A **alternativa D** está incorreta. Cabe, por si só, ao Presidente da audiência manter as disciplinas dos trabalhos com os poderes previstos nas leis processuais e neste Regimento. É o que dispõe o art. 128 do Regimento Interno.

A **alternativa E** está incorreta. A lavratura da ata é indispensável a tudo que ocorrer nas audiências.

2 - Prevê o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Pará que o Tribunal Pleno

- A) Funcionará com dois terços (2/3) de seus membros, ou com a maioria absoluta, conforme o caso, sendo substituídos os Desembargadores, impedidos ou licenciados.
- B) Funcionará nas segundas e quartas-feiras, iniciando os trabalhos pela leitura do relatório de ocorrências.

[Clique Aqui para Adquirir o Material Completo](#)

- C) Será instalado, em sessão solene, no primeiro dia útil do mês de janeiro e tomará o compromisso e dará posse ao novo Presidente.
- D) poderá ser convocado extraordinariamente por edital, expedido pelo respectivo Presidente, com vinte e quatro horas de antecedência.
- E) realizará oito sessões ordinárias por mês, apreciando tanto as questões administrativas quanto os julgamentos.

Comentários

A **alternativa A** está correta. É a literalidade do art. 18, §1º e art. 24, §1º. Veja-se:

Art. 18, § 1º O Tribunal Pleno funcionará, com a maioria absoluta de seus membros, sob a direção do Desembargador Presidente ou de quem o estiver substituindo.

Art. 24, § 1º Nas hipóteses previstas nos incisos XI; XII; alíneas “a” e “b”; XIII, alíneas “h”, “i” e “p”; e XVII, alíneas “b” e “c”, é indispensável a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do Tribunal Pleno para instalação da sessão de julgamento para apreciação da matéria.

A **alternativa B** está incorreta. O Tribunal Pleno **reunir-se-á às quartas-feiras**, apreciando tanto as questões administrativas quanto as judiciais.

A **alternativa C** está incorreta. *Os trabalhos do Tribunal de Justiça serão instalados em sessão solene do Tribunal Pleno com a presença de todos os seus membros, na primeira quarta-feira útil do calendário forense.*

A **alternativa D** está incorreta. Será expedida com 05 dias úteis de antecedência no âmbito cível e, no mínimo, 24 horas de antecedência.

A **alternativa E** está incorreta. O Tribunal Pleno **reunir-se-á às quartas-feiras**, apreciando tanto as questões administrativas quanto as judiciais. Sendo assim, quatro sessões ordinárias por mês.

3 - Após o exame do processo pelo relator e lançado o relatório nos autos, haverá revisão por outro Desembargador. Essa fase NÃO ocorre no caso de

- A) questão de ordem.
- B) revisão criminal.
- C) embargos infringentes.
- D) apelação cível.
- E) ação rescisória.

Comentários

Depois do relator analisar o processo e redigir seu voto, ele encaminha ao revisor que, também, irá analisa-lo. O revisor tem do dever de examinar o processo e elaborar seu voto escrito. Tudo isso, antes dele ser pautado. O gabarito é a **alternativa A**, pois não prevê no art. 49, a hipótese de questão de ordem em seu rol. Veja:

Art. 49 - (...) haverá revisão por outro Desembargador nos seguintes processos:

- I - ação rescisória;*
- II - revisão criminal;*
- III - apelação cível;*
- IV - apelação criminal;*
- V - embargos infringentes; e*
- VI - embargos infringentes em matéria penal.*

4 - A Corregedoria de Justiça, dividida para efeito de jurisdição em Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém e Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior do Estado, tem funções administrativas, de orientação, fiscalização e disciplinares, a serem exercidas por dois desembargadores eleitos na forma da lei. Os corregedores de justiça serão auxiliados em suas tarefas por juízes corregedores, sendo dois para cada corregedoria, e exercerão, por delegação, suas atribuições relativas aos juízes de direito e servidores da justiça. A respeito dos juízes corregedores, assinale a opção correta.

- A)** Os juízes corregedores, quando designados, não ficam desligados do exercício de suas varas.
- B)** Os juízes corregedores têm acrescida à remuneração dos seus cargos parcela remuneratória referente à nova função para a qual foram designados.
- C)** Ao final do mandato do corregedor-geral, os juízes corregedores não ficam obrigados a reverterem ao exercício de suas varas, sendo-lhes facultada a escolha de nova vara para servir.
- D)** Os juízes corregedores são escolhidos entre os juízes de direito de entrância final e designados pelo presidente do tribunal, ouvido o Conselho de Magistratura.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. Os Juízes Corregedores uma vez designados ficam desligados do exercício de suas Varas, passando a integrar o quadro de servidores auxiliares da Corregedoria, sem qualquer outra remuneração que a de seus cargos, salvo o ressarcimento das despesas de transporte e estada;

A **alternativa B** está incorreta. Os Juízes Corregedores uma vez designados ficam desligados do exercício de suas Varas, passando a integrar o quadro de servidores auxiliares da Corregedoria, **sem**

[Clique Aqui para Adquirir o Material Completo](#)

qualquer outra remuneração que a de seus cargos, salvo o ressarcimento das despesas de transporte e estada;

A **alternativa C** está incorreta. Os Juízes Corregedores, findo o mandato do Corregedor Geral, ou deixando o cargo por qualquer outro motivo, reverterão ao exercício de suas Varas.

A **alternativa D** está correta. Os Juízes Corregedores são escolhidos entre Juízes de Direito de Entrância final e designados pelo Presidente do Tribunal, ouvido o Conselho de Magistratura, por proposta do Corregedores.

5 - Antes do início de uma sessão do TJPA, o advogado Lúcio, que residia no Rio de Janeiro e que fora contratado para atuar em um processo que tramitava no tribunal, solicitou preferência de julgamento, pois desejava fazer sustentação oral. Porém, o advogado Caio, que residia em Belém, já havia solicitado a preferência de julgamento, também por desejar proferir sustentação oral. Nessa situação:

A) Lúcio pode ter concedida a preferência em prejuízo de Caio, pelo simples fato de residir em local diverso da sede do TJPA.

B) Nem Lúcio nem Caio podem pedir preferência de julgamento, pois ambos desejam fazer sustentação oral, o que causará demora no julgamento dos seus processos.

C) o prazo para Lúcio ou Caio fazerem a sustentação oral será de 20 minutos, caso não haja outro prazo previsto em lei.

D) o Ministério Público poderá obter, em decorrência da solicitação de sustentação oral realizada por Lúcio e Caio, prazo em dobro para também fazer sustentação oral.

Comentários

A **alternativa A** está correta. Na ordem de julgamento serão obedecidas as preferências previstas em lei e neste Regimento. Desejando proferir sustentação oral, poderão os advogados inscrever-se antes do início da sessão, solicitando preferência de julgamento, *observada a ordem de requerimentos*. Contudo, o advogado que tiver **domicílio profissional em cidade diversa** da sede deste Tribunal, desejando, **poderá realizar sustentação oral por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, desde que formule requerimento até o dia anterior ao da sessão**.

A **alternativa B** está incorreta. Os advogados podem, sim, solicitar a marcação de sustentação oral antes do início da sessão.

A **alternativa C** está incorreta. Não havendo tempo previsto em lei, o prazo para sustentação oral será de 15 (quinze) minutos

A **alternativa D** está incorreta. O Ministério Público não goza de prazo em dobro de acordo com as normas do Regimento Interno.

[Clique Aqui para Adquirir o Material Completo](#)

6 - A respeito das eleições, é correto afirmar:

- A) o Presidente, o Vice-Presidente, os Corregedores de Justiça e os membros do Conselho da Magistratura serão eleitos para mandato de dois anos, permitida a reeleição para mais um período.
- B) na elaboração da lista de advogados para integrar o Tribunal Regional Eleitoral, cada Desembargador votará em seis nomes, considerando-se eleitos os que tiverem obtido a maioria absoluta de votos dos presentes.
- C) o Desembargador eleito para o cargo de direção no Tribunal de Justiça ou para o Tribunal Regional Eleitoral, como membro efetivo, não perderá, ao ser empossado, a titularidade de outra função eletiva.
- D) os Desembargadores que estiverem no efetivo exercício de cargo de direção no Tribunal de Justiça podem ser eleitos, em sessão do Tribunal Pleno, para integrar o Tribunal Regional Eleitoral.
- E) considerar-se-á eleito Presidente, Vice-Presidente, Corregedor de Justiça e o membro do Conselho da Magistratura, o Desembargador que, no respectivo escrutínio, obtiver a maioria simples dos votos dos presentes.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. Conforme o art. 11 do Regimento Interno, é vedado a reeleição para o mesmo período.

A **alternativa B** está correta. É a literalidade do art. 15, RI.

A **alternativa C** está incorreta. Conforme o art. 13, RI, perderá automaticamente a titularidade de outra função eletiva, procedendo-se na sessão subsequente a eleição para o preenchimento da vaga.

A **alternativa D** está incorreta. De acordo com o art. 13, RI, O Desembargador eleito para o cargo de direção no Tribunal de Justiça ou para o Tribunal Regional Eleitoral, como membro efetivo, perderá, automaticamente, ao ser empossado, a titularidade de outra função eletiva, procedendo-se, na sessão subsequente, à eleição para o preenchimento da vaga.

A **alternativa E** está incorreta. A eleição para Presidente, Vice-Presidente, Corregedor de Justiça e o membro do Conselho da Magistratura se dará pela maioria absoluta.

7 - Os advogados dos recorrentes poderão proferir sustentação oral, dentre outros processos, nos

- A) reexames necessários.
- B) embargos infringentes.
- C) agravos regimentais.
- D) agravos de instrumento.
- E) conflitos de competência.

[Clique Aqui para Adquirir o Material Completo](#)

Comentários

Art. 140, §11º Não haverá sustentação oral no julgamento de:

- I - remessas necessárias;
- II - agravos de instrumento, salvo naqueles interpostos contra decisões interlocutórias que versem sobre tutelas provisórias de urgência ou de evidência;
- III - agravos internos contra decisão monocrática do relator, salvo nos casos de extinção da ação rescisória, do mandado de segurança, da reclamação ou da apelação;
- IV – agravo regimental;
- V - recursos em sentido estrito de decisões proferidas em habeas corpus;
- VI – embargos de declaração;
- VII - conflitos de competência;
- VIII - arguições de suspeição ou de impedimento.

É um rol de proibições. Assim, o gabarito é a **alternativa B**.

8 - Haverá revisão, dentre outros processos,

- A) nas apelações em processos de rito sumário.
- B) nas apelações em processos de despejo.
- C) nos recursos em sentido estrito.
- D) nas revisões criminais.
- E) nos agravos de instrumento.

Comentários

De acordo com o art. 136, haverá revisão nas apelações de delito tipificado com pena de reclusão, **nas revisões criminais**, na ação penal originária. Portanto, o gabarito é a **alternativa D**.

9 - Ao Conselho da Magistratura, dentre outras atribuições, compete

- A) opinar, no que couber, sobre pedidos de renovação, permutas, férias e licenças dos Juízes de Direito.
- B) apreciar os relatórios dos Juízes de Direito.
- C) determinar correições extraordinárias, gerais ou parciais.
- D) processar e julgar as suspeições opostas a Juízes Cíveis e Criminais, quando não reconhecidas.
- E) suspender a execução de liminar concedida pelos Juízes de primeiro grau em ação civil pública.

[Clique Aqui para Adquirir o Material Completo](#)

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. Trata-se de competência dos Corregedores de Justiça, art. 40, XIV, RI.

A **alternativa B** está incorreta. Trata-se de competência dos Corregedores de Justiça, art. 40, V, RI.

A **alternativa C** está correta.

A **alternativa D** está incorreta. Não é competência do Conselho da Magistratura, mas das seções de direito publico e/ou privado. Art. 29, I, h, RI.

A **alternativa E** está incorreta. Trata-se de competência da Presidência do Tribunal. Art. 36, XXVI.

10 – Acerca da composição e da organização do Tribunal de Justiça do Pará, assinale a alternativa correta:

A) O Tribunal de Justiça, órgão supremo do Poder Judiciário do Estado, tendo por sede a cidade de Belém e jurisdição em todo o Estado do Pará, é composto de 27 (vinte e sete) Desembargadores.

B) O cargo de Desembargador será provido mediante acesso de Juízes de Direito de última entrância, pelos critérios de merecimento e de antiguidade, alternadamente, ressalvado o 1/5 (um quinto) dos lugares reservados a advogados e membros do Ministério Público, na forma prevista nas Constituições Federal e Estadual e normas vigentes.

C) A promoção deverá ser realizada até 30 (trinta) dias da abertura da vaga, cuja declaração se fará nos 20 (vinte) dias subsequentes ao fato da vacância.

D) O prazo para abertura da vaga poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, independentemente de justificativa fundamentada da Presidência do Tribunal.

E) No caso de antiguidade, apurada na última entrância, o Tribunal, em sessão aberta e pública, resolverá, preliminarmente, se deve ser indicado o Juiz mais antigo, somente podendo este ser recusado pelo voto fundamentado da maioria absoluta de seus membros, conforme procedimento próprio, assegurada ampla defesa e repetindo-se a votação em relação ao imediato, e assim por diante, até fixar-se a indicação. (e dois terços (2/3))

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. O Tribunal de Justiça do Estado do Pará é composto por 30 desembargadores, e não por 27 como diz a questão.

A **alternativa B** está correta. É a literalidade do art. 5º, RI.

A **alternativa C** está incorreta. A promoção deverá ser realizada até quarenta dias da abertura da vaga. Além disso, a declaração será feita nos dez dias subsequentes.

[Clique Aqui para Adquirir o Material Completo](#)

A **alternativa D** está incorreta. A prorrogação de prazo se dará mediante justificativa fundamentada da Presidência do Tribunal.

A **alternativa E** está incorreta. A recusa de indicação para Juiz mais antigo se dará pelo voto fundamentado de 2/3 e não pela maioria absoluta de seus membros com a questão narrou.

11 – A respeito das eleições da mesa realizadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, assinale a alternativa incorreta:

A) A eleição do Presidente, do Vice-Presidente, dos Corregedores de Justiça e do Conselho de Magistratura, realizar-se-á em sessão do Tribunal Pleno, em até 60 (sessenta) dias, no mínimo, antes do término do mandato.

B) Considerar-se-ão eleitos Presidente, Vice-Presidente, Corregedores de Justiça e membros do Conselho de Magistratura os Desembargadores que, nos respectivos escrutínios, obtiverem a maioria absoluta dos votos dos presentes.

C) O Presidente, o Vice-Presidente, os Corregedores de Justiça e os membros do Conselho de Magistratura serão eleitos para mandato de 2 (dois) anos, vedada a reeleição para o mesmo cargo e, salvo motivo de força maior, tomarão posse no primeiro dia útil do mês de fevereiro.

D) Os membros efetivos das comissões permanentes serão escolhidos pelo novo Presidente, para mandato de 1 (um) ano, permitida a recondução.

E) Vagando quaisquer dos cargos referidos no art. 9º no curso da primeira metade do biênio, realizar-se-á nova eleição do sucessor, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da declaração de vacância pelo Tribunal Pleno, para completar o término do mandato.

Comentários

A **alternativa A, B, C e E** estão corretas.

A **alternativa D** está incorreta e é nosso gabarito. Os membros efetivos das comissões serão escolhidos pelo presidente no mandato de 2 anos, admitida uma recondução.

12 – Os trabalhos realizados pelo Tribunal de Justiça serão observados com inúmeras regras. Acerca do funcionamento do Tribunal, assinale a alternativa incorreta:

A) O primeiro dia útil do calendário forense iniciará após o recesso judiciário compreendido no período de 20 de dezembro a 6 de janeiro.

B) O Tribunal Pleno compõe-se de todos os Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e Juízes convocados, enquanto perdurar a convocação, sem prejuízo de outras convocações para a composição de quorum.

[Clique Aqui para Adquirir o Material Completo](#)

- C) O Tribunal Pleno reunir-se-á às quintas-feiras, apreciando apenas as questões judiciais.
- D) O Presidente, o Vice-Presidente e os Corregedores de Justiça integram apenas o Tribunal Pleno, o Conselho de Magistratura e as Comissões Permanentes na forma regimental, atuando, ainda, no julgamento dos feitos que lhe couberem por distribuição nas Seções e Turmas
- E) Em nenhuma hipótese, salvo vacância do cargo de Desembargador, haverá redistribuição de processos aos Juízes convocados.

Comentários

A **alternativa A, B, D e E** estão corretas.

A **alternativa C** está incorreta e é nosso gabarito. O Tribunal Pleno reunirá nas **quartas-feiras** apreciando tanto questões administrativas quanto questões judiciais.

13 – De acordo com as normas do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Pará, acerca dos órgãos de direção do Tribunal, assinale a alternativa correta:

- A) O Presidente do Tribunal é substituído pelo Corregedor de Justiça e este pelo Desembargador mais antigo na ordem de antiguidade; bem como o Vice-Presidente e os membros do Conselho de Magistratura, pela mesma forma.
- B) A Presidência do Tribunal, a Vice-Presidência e as Corregedorias de Justiça são responsáveis pelo regular funcionamento e pela disciplina dos serviços do Judiciário, tanto em 1ª quanto em 2ª instância, com os poderes e atribuições que lhe são conferidos no Código de Organização Judiciária do Estado.
- C) Para completar o quórum, das seções e das turmas, os desembargadores poderão compor o quórum, mesmo não sendo eles dos respectivos lugares.
- D) Os órgãos de direção do Tribunal serão compostos apenas pela Presidência e Vice-Presidência.
- E) A Presidência do Tribunal, a Vice-Presidência e as Corregedorias de Justiça são responsáveis pelo regular funcionamento e pela disciplina dos serviços do Judiciário, apenas em 1ª instância, razão pela qual a 2ª instância não está em sua jurisdição.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. Na verdade, o Presidente do Tribunal é substituído pelo Vice-Presidente e não, pelo Corregedor. A questão inverteu os órgãos.

A **alternativa B** está correta. É a literalidade do art. 33, RI.

A **alternativa C** está incorreta. Questão meio confusa, mas para completar o quórum, o desembargador de outra seção convocado não poderá compor uma turma, mas, apenas, outra seção.



[Clique Aqui para Adquirir o Material Completo](#)

Por outro lado, desembargador convocado para compor quórum de uma turma, deve ser, originalmente, de outra turma. Não pode o desembargador ser de outra seção e ser convocado para completar quórum de turma, e vice-versa.

A **alternativa D** está incorreta. Os órgãos de direção serão compostos pela Presidência do Tribunal, Vice-Presidência e Corregedorias de Justiça.

A **alternativa E** está incorreta. A Presidência do Tribunal, a Vice-Presidência e as Corregedorias de Justiça são responsáveis pelo regular funcionamento e pela disciplina dos serviços do Judiciário, tanto em 1ª instância quanto em 2ª instância.

14 – Compete ao Presidente do Tribunal:

- A) Superintender a distribuição dos feitos de competência dos órgãos de julgamento do Tribunal de Justiça
- B) Decidir a admissibilidade dos recursos dirigidos ao Superior Tribunal de Justiça, bem como levar ao Tribunal Pleno as impugnações sobre os provimentos e demais atos previstos na legislação processual
- C) Presidir a Comissão de Concurso de Juiz Substituto
- D) Auxiliar na supervisão e fiscalização do serviço da Secretaria Judiciária
- E) Designar os Juízes de Direito como auxiliares de varas ou comarcas de qualquer entrância

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. Competência do Vice-Presidente do Tribunal, art. 37, II.

A **alternativa B** está incorreta. Competência do Vice-Presidente do Tribunal, art. 37, VIII, “a”.

A **alternativa C** está incorreta. Competência do Vice-Presidente do Tribunal, art. 37, VIII, “c”.

A **alternativa D** está incorreta. Competência do Vice-Presidente do Tribunal, art. 37, VIII, “a”.

A **alternativa E** está correta. Art. 36, IV.

15 – Acerca das competências, não compete ao Presidente do Tribunal:

- A) Convocar as sessões extraordinárias do Tribunal Pleno e do Conselho de Magistratura.
- B) Superintender todo o serviço judiciário, velando pelas prerrogativas do Poder Judiciário e da magistratura do Estado, representando-os perante os demais poderes e autoridades, pessoalmente ou por delegação a Desembargador, observada, de preferência, a ordem de sua substituição regimental.
- C) Determinar, anualmente, a realização de correição geral em, no mínimo, metade das comarcas da região metropolitana e do interior do Estado.



[Clique Aqui para Adquirir o Material Completo](#)

D) Votar no Tribunal Pleno, em matéria administrativa e questões de constitucionalidade, tendo voto de desempate nos outros julgamentos.

E) Despachar petição de recursos interpostos de decisão originária do Conselho de Magistratura para o Tribunal Pleno.

Comentários

A **alternativa A** está correta. Competência do Presidente do Tribunal, art. 36, III.

A **alternativa B** está correta. Competência do Presidente do Tribunal, art. 36, I.

A **alternativa C** está incorreta. Competência do Vice-Presidente do Tribunal, art. 37, VIII.

A **alternativa D** está correta. Competência do Presidente do Tribunal, art. 36, XXIII.

A **alternativa E** está correta. Competência do Presidente do Tribunal, art. 36, XXIV.